

Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 319 • vol. 19 • 2021



Indígenas nas cidades: memórias “esquecidas” e direitos violados

Alenice Baeta



UNISINOS

Cadernos
IHU *ideias*

**Indígenas nas cidades: memórias
“esquecidas” e direitos violados**

Alenice Baeta

Doutora em Arqueologia pelo MAE - USP
Pós-Doutorado em Antropologia e Arqueologia pela FAFICH-UFMG

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 319 • vol. 19 • 2021



Resumo:

Pouco se sabe sobre a realidade de indivíduos, famílias e comunidades indígenas que habitam ou transitam nas cidades, em geral, em todo o país. A questão dos indígenas em contextos urbanos é extremamente invisível e apagada perante a sociedade, porém, indígena é indígena em qualquer lugar, inclusive no meio urbano, tendo os mesmos direitos. Hoje, capitais e cidades em vários estados do país têm população indígena identificada, composta por várias etnias e histórias distintas, como é o caso da capital mineira, Belo Horizonte e região metropolitana, demandando urgentemente políticas públicas específicas, diferenciadas e informadas destinadas aos povos originários.

Palavras-chave:

Indígenas. Direitos. Memórias. Cidades

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIX – Nº 319 – V. 19 – 2021

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Wikimedia Commons

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

INDÍGENAS NAS CIDADES: MEMÓRIAS “ESQUECIDAS” E DIREITOS VIOLADOS

Alenice Baeta

Doutora em Arqueologia pelo MAE/USP

Pós-Doutorado em Antropologia e Arqueologia-FAFICH/UFMG

O objetivo deste artigo é contribuir para que os indígenas e as indígenas que vivem nas cidades, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), estado de Minas Gerais, ganhem visibilidade, superem a vulnerabilidade social em que se encontram e que conquistem acesso aos seus direitos individuais e coletivos também no contexto urbano, como a própria legislação nacional e normas internacionais vigentes garantem.¹

No Brasil, a porcentagem de índios morando em centros urbanos é de 39%, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, sendo que pelo menos 315 mil indígenas habitam áreas urbanas em todo o país. Todavia, estes dados, dez anos depois, já se encontram defasados. Os últimos dados censitários ainda revelam que metade dos indígenas registrados não teria nascido nas cidades, indicando a importância de compreender o fluxo migratório para as mesmas. A cidade de Belo Horizonte tem 3.477 indígenas, e na região metropolitana da Grande Belo Horizonte há 7.979 indígenas, de acordo com o censo (IBGE, 2010).

1 Este artigo, apresentado durante o Seminário “Roça Grande: Naturezas-Culturas da Cidade”, promovido pelo Laboratório de Estudos BioCulturais - KAIPORA/UEMG e pelo Programa Cidade e Alteridade/UFMG, buscou agregar novas informações a partir dos dados do projeto desenvolvido pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva intitulado: “Indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, identificação e subsídios para a sua organização” (Coord. BAETA, A.), CEDEFES/Governo da Áustria-KMB, Belo Horizonte, 2009.

Espera-se que o próximo recenseamento possa dar atenção aos Povos Tradicionais, em geral, visando calibrar tais índices, o que possibilitará uma visão mais nítida da realidade sociocultural e étnica desses povos. A RMBH tem forte presença indígena, mas o descompasso entre os dados oficiais e os reais pode também ser atribuído ao sistema de classificação censitária e seus critérios, como também à forma de abordagem a respeito do autorreconhecimento ou de autoafirmação de cada pessoa. Muitos ainda temem se apresentar como indígenas, em função do preconceito e do racismo institucionalizado, tal qual, pela falta de uma política social que respeite a diversidade e as peculiaridades socioculturais que existem no âmago das cidades, apresentando-se como pardos, em muitas das vezes.

Os índios não têm homogeneidade cromática nem possuem traços físicos que possam singularizá-los perante outros segmentos da população. [...] Por se tratar de um status jurídico, não há meio termo possível: ou a pessoa se enquadra nesse ou não se enquadra ainda que possa optar por acionar ou não a sua identidade (OLIVEIRA FILHO, 1999a, p. 134-135).

A apologia da mistura ainda pode se revelar na categoria censitária de pardo, que atende a uma intencionalidade social explícita, revelando um critério meramente operacional, ou melhor, artificial, arbitrário e de aparência técnico-científica, legitimando o discurso da mestiçagem por meio de um aparente metodologia e inquérito científico. A categoria denominada pardo revela-se, assim, improdutiva e enganadora, pois impede delimitações identitárias e o estabelecimento de estratégias e de cálculos para as performances sociais (OLIVEIRA, 1977:65).

Muitos são os motivos para o êxodo forçado de pessoas e famílias indígenas para as cidades, já sendo considerado um fenômeno mundial. Nesse sentido, as organizações indígenas buscam o reconhecimento a partir de características culturais próprias, afastando a imagem preconcebida do índio primitivo “nu e na mata”, que não pode interagir ou morar em cidades, sob a pena de deixar de “ser índio”.

De acordo com a visão assimilacionista, os povos indígenas deveriam ser ‘civilizados’ para ser ‘integrados’ à sociedade dominante, deixando para trás seus modos de vida, suas línguas, costumes e tradições, considerados até então ‘selvagens’ ou ‘incivilizados’. Nesta visão, os indígenas deixariam de ser ‘silvícolas’, abandonariam seus territórios, seus modos de vida e suas culturas e passariam a ser trabalhadores rurais. Consequentemente, se chegassem ao contexto urbano, seria porque já teriam deixado de lado sua identidade indígena (FACCO et al., 2008, p. 184).

O fato é que tanto nos territórios indígenas quanto na cidade, essas comunidades continuam a sofrer discriminação, perseguições, privações e ameaças. Os indígenas exigem o direito de ir e vir, como todos os demais grupos sociais, bem como morar onde acharem melhor, exigindo novos debates acerca dos distintos e complexos processos de territorialização indígena e suas redes de socialização.

Com a expansão do modelo colonialista impulsionado por empreendimentos ligados à produção de commodities da mineração e do agronegócio, obras de infraestrutura viária, energética e domínio de aquíferos, há uma forte tendência de aumentar os conflitos territoriais e socioambientais envolvendo comunidades tradicionais, camponeses e povos originários, causando novas ondas de violência e expropriação dos seus territórios.

O Brasil tem responsabilidade e dever de respeitar e promover os direitos dos povos indígenas tal como expressos na Constituição Brasileira de 1988, que, em seu artigo 231, reconhece aos indígenas, sem distinção de onde estejam, o direito à organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e também à terra tradicionalmente ocupada; como também na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, e na Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, de 1989, e na Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, o direito constitucional referente às terras originais é frequentemente violado, e o governo tem sido cúmplice do latifúndio e do agronegócio que, com ganância sem fim, insiste em continuar invadindo os territórios indígenas.

Muito importante registrar que a demarcação de terra é de extrema importância e fundamental para que os povos tradicionais e indígenas garantam a segurança e o domínio sobre seus espaços geográfico-cosmológicos, sobrevivência e manejo, sendo estes um meio de afirmação de seus modos de vida e de sua territorialidade.

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999b, p. 20).

É preciso levar em consideração a realidade na qual os indígenas urbanos estão inseridos e os motivos que os levaram à cidade e os seus processos de (re)territorialização, quer dizer, a apropriação de espaços de convivência socioambiental (HAESBAERT, 2017). A migração para as

idades pode ser, às vezes, voluntária ou, quase sempre, forçada e, em muitas situações, envolve violação de direitos humanos e dos povos indígenas, motivada pela expulsão de suas terras de origem, fuga de conflitos, ameaças, inseguranças econômica e alimentar, falta de trabalho, ausência ou precariedade de serviços básicos, tratamento de saúde, comercialização de artesanato, estudos, dentre outras tantas razões. Na maioria das vezes subsistem em circunstâncias precárias, vivendo em comunidades de baixa renda espalhados por todo o território nacional. Há ainda situações em que o crescimento de cidades é que alcançou e invadiu antigos territórios indígenas e/ou tradicionais. Este é o exemplo de cidades como São Paulo (SP) e Chapecó (SC).

Segundo constatado pela representante da Agência para a Habitação das Nações Unidas (ONU-Habitat), no Fórum Urbano Mundial sobre Povos Indígenas nas Cidades, o principal desafio é o direito à moradia.

Indígenas acabam deixando suas áreas ancestrais e migram para as cidades por fatores como a invasão de suas terras, guerras ou mesmo a busca por melhores oportunidades. Mas, ao chegar nos novos territórios, encontram dificuldade para se assentar e passam a viver em favelas (ABDALA, 2010, p. 1).

Há diversas e instigantes histórias de vida de indígenas e de suas famílias a respeito do motivo que os fizeram migrar para a cidade, contudo, parece bastante inadequada a utilização de conceitos que descrevem indígenas fora das suas terras tradicionais como “desaldeados” ou “aculturados”. Esta parece ser uma importante chave para se entender a argumentação equivocada e oportunista a respeito de programas de políticas públicas no Brasil, restritos a aldeias e a territórios indígenas em zonas rurais. Ademais, a noção usual que a maior parte da população indígena vive em áreas rurais remotas também não corresponde à realidade. Dados da ONU indicam que em alguns países, como Austrália, Canadá, Estados Unidos e Chile, a maior parte da população indígena vive em cidades. Em 2000 a população indígena na América Latina era de 30 milhões de pessoas, sendo que 12 milhões (40%) viviam em áreas urbanas.²

Por mais que o Estado brasileiro tenha avançado no reconhecimento da necessidade de construção de políticas sociais diferenciadas para os povos indígenas, a questão do pré-requisito do território é ainda um nó que precisa ser superado (FACCO et al, 2008, p. 184).

É fato a existência de vários tipos de “aldeias urbanas”, onde comunidades indígenas, com enormes dificuldades econômicas, conseguem

2 <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/terras-indigenas/indios-na-cidade/>

manter suas redes de sociabilidade e de organização em meio a uma maioria não indígena, também diversa em sua composição. Em uma sociedade capitalista que reproduz a injustiça social de forma crescente, o processo de “urbanização indígena” parece irreversível e carece de ações afirmativas para a melhoria das condições de vida dos indígenas. Relevante destacar que ainda há nas cidades muitas famílias que se apresentam como “descendentes de indígenas”, mas que por medo de perseguições e represálias, seus parentes ancestrais não teriam “revelado as suas histórias”.

Atualmente, há registros de mais de vinte etnias indígenas no estado de Minas Gerais, a dizer, Xakriabá, Maxakali, Krenak e Pataxó, Pataxó Hãhãhãe, Kaxixó, Aranã, Catu-Awa-Arachás, Kiriri, Mukurin, Pankararu, Puris, Tuxá, Xucuru-Kariri, Kamacã-Mongoió, Karajá, Ticuna, Borum-Kren, Canoeiros-Maxakali, Makuni-Krakmum, Kambiwá, Fulni-ô e Guaraní. Há famílias ou indivíduos que pertencem às etnias mencionadas acima que moram ou transitam com certa periodicidade em centros urbanos, incluindo a RMBH. Acrescentam-se ainda indígenas da região amazônica que vêm estudar em cursos de graduação na UFMG; damos aqui o exemplo de Adana Kambeba. Certamente há muitas famílias indígenas que moram na RMBH de etnias não mencionadas acima. Contudo, a identificação em Minas Gerais não se apresenta de forma estática, sendo que o processo de etnogênese, migração e trânsito é muito dinâmico. Há ainda carência de um diagnóstico a respeito de fluxos sazonais de indígenas nas cidades, em função de acesso a pagamento de benefícios sociais e/ou auxílios emergenciais, por exemplo. Isto também implica em considerar as dimensões espaciais e as vivências enquanto “territórios-rede”, reconhecendo a sua multiterritorialidade e a importância estratégica do espaço na dinâmica transformadora da sociedade (HAESBAERT, 2007).



Figura 1 - Indígena da etnia Pataxó, que vende artesanato e vigia carros nas ruas do município de Ibirité-RMBH, onde também é morador.

Foto: A. Baeta. Fevereiro de 2020.

A invisibilidade dos indígenas apresenta inúmeras contradições e contrastes na urbe. Sob esta perspectiva, merece destaque a toponímia de alguns logradouros e de quarteirões na zona central da capital mineira, que foram batizados com etnônimos indígenas, como Guajajaras, Tupi-nambás, Aimorés, Tupis, Carijós, Goitacazes, Guaranis, Timbiras, Tamoiós; etnias ancestrais do território que hoje se constitui o estado de Minas Gerais. Inclusive, em 1991, no advento dos noventa anos da cidade de Belo Horizonte, quatro quarteirões que circundam a Praça Sete, considerada o coração da cidade, foram rebatizados com o nome de povos indígenas que habitam atualmente o Estado de Minas Gerais, no caso, Xacriabá, Krenak, Pataxó e Maxakali. Apesar dos nomes e da homenagem à memória indígena, foram inúmeros os episódios de indígenas que tentaram vender artesanato nesses quarteirões e arredores, que sofreram represálias por parte de policiais militares, de guardas municipais e de fiscais da prefeitura. Há ainda muitos relatos a respeito de repressão à comercialização em feiras abertas e eventos culturais, bem como denúncias sobre impedimento de indígenas de entrarem no metrô, em ônibus e órgãos públicos trajando paramentos, pinturas corporais, instrumentos e bagagens. As repressões e violências não param por aí. Já morreram nas ruas de Belo Horizonte pelo menos três indígenas – mortes estas que até hoje não foram esclarecidas. Em julho de 2014, o indígena Samuel Pataxó, de 19 anos, da Aldeia Coroa Vermelha, localizada no município de Santa Cruz Cabrália (BA), veio vender artesanato em Belo Horizonte, foi assassinado com vários tiros, e seu corpo foi encontrado dois dias depois em um matagal. Em março de 2015, o indígena Genilson Lima dos Santos, de 39 anos, também Pataxó e da Aldeia Coroa Vermelha, foi assassinado com um tiro à queima-roupa no Bairro Paraíso, também na capital mineira. Na Ocupação Vitória, na Região da Izidora, em Belo Horizonte, um índio também foi assassinado. Chamado de “índio”, ele ajudava a fazer as redes de água para viabilizar o acesso à água para as famílias carentes da comunidade.

Conforme exposto, boa parte dessa população indígena saiu de seus locais originários, fugindo de conflitos e ameaças na luta por seus territórios, como também em busca de melhores condições de vida na região Sudeste e/ou suas capitais, consideradas mais prósperas e com mais chance de emprego no país. Em Belo Horizonte, os indígenas vivem

nas periferias, em condições precárias de sobrevivência, vendendo artesanato, fazendo apresentações culturais, em empregos sazonais, na construção civil, como vigilantes, fazendo pequenos “bicos”, serviços domésticos e gerais. Muitas famílias também participam de ocupações urbanas, como na Ocupação Eliana Silva, região do Barreiro, organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), como também nas Ocupações Esperança e Vitória, zona norte da capital, organizada pelas entidades Brigadas Populares (BPs), Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG) e pelo MLB. Existem também alguns indígenas vivendo em situação de rua, pedindo esmolas, fazendo uso excessivo de bebidas alcoólicas e de drogas. Indígenas Maxakali (oriundos de aldeias no Vale do rio Mucuri) são frequentemente vistos nas ruas de Belo Horizonte e de Teófilo Otoni. Esta foi a situação do terceiro indígena assassinado brutalmente na capital mineira no dia 15 de janeiro de 2016. Tratava-se de um indígena em situação de rua que há pelo menos dois anos frequentava a localidade onde foi assassinado, segundo apuração do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Ele dormia na calçada quando um jovem se aproximou e iniciou um ataque covarde e cruel com um chute e mais 20 pisadas em sua cabeça. O indígena ficou agonizando na calçada durante cinco horas. Levado ao hospital, não resistiu aos ferimentos e faleceu. O assassino é um jovem bem apessoado que agiu por ódio, preconceito e racismo, comportamento este que está se tornando comum em nossa sociedade, principalmente contra indígenas, negros, prostitutas, homossexuais, todos cidadãos.³

O corpo desse indígena, que seria enterrado como indigente, ficou 67 dias na câmara fria do Instituto Médico Legal (IML), segundo reportagem de Juliana Baeta (BAETA, 2016). A partir do esforço de indígenas integrantes do Comitê Mineiro de Apoio à Causa Indígena, descobriram que se tratava de José Januário da Silva, de 57 anos, e que este seria pertencente à etnia Fulni-ô, do município Águas Belas, em Pernambuco. Este crime se assemelha ao ocorrido em abril de 1997, em Brasília, quando cinco jovens da elite local atearam fogo no cacique Galdino José dos Santos, da etnia Pataxó Hãhãhãe, que dormia no banco da parada de ônibus, e teve 95% do corpo queimado, morrendo no dia seguinte ao ataque. A sua morte reavivou discussões importantes sobre a questão das demarcações de terras indígenas, assunto que o teria levado ao Distrito Federal, na ocasião. Anos depois, Galdino passou a ser considerado um mártir da luta indígena.

3 <https://cimi.org.br/2016/01/38096/>

Segundo o portal da ONU News, a representante da ONU, Maria Espinosa, alertou no encontro do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2019, que o mundo tem uma “dívida histórica” com os povos indígenas, devido aos grandes danos socioambientais e territoriais a eles causados, lembrando ainda que 15% das pessoas mais empobrecidas do mundo são indígenas e que sua inclusão plena é crucial para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Chamou atenção especial para a situação das mulheres destes grupos étnicos, que enfrentam múltiplas formas de discriminação e de violência. Todavia, reitera que estas são agentes fundamentais de mudança para combater a pobreza e a fome (SCAFFIDI, 2019). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgados no “Caderno de Conflitos no Campo Brasil”, no ano de 2019 a maioria dos trabalhadores assassinados envolvendo conflitos relacionados à luta pela terra eram indígenas (CPT, 2020).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), por sua vez, incluiu em seu Relatório Final, no capítulo “Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas”, que algumas etnias indígenas fazem parte da listagem de vítimas que sofreram graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil durante a ditadura civil, empresarial e militar entre 1964 e 1985. Segundo a pesquisa, ao menos 8.350 indígenas foram mortos em massacres, esbulho de suas terras, remoções forçadas de seus territórios, contágio voluntário por doenças infectocontagiosas, prisões, torturas e maus-tratos, configurando claro cenário de tentativas de extermínio. Conclui ainda que no enfrentamento a esta cultura de “esconder os conflitos do passado” é preciso tornar públicas as histórias de violações dos direitos humanos. A CNV apresentou recomendações para que o Estado inicie o processo de reparação aos povos originários pelas violências sofridas (CNV, 2014).

Referindo-se ao índice de pobreza e esbulho, importante mencionar os indígenas da Venezuela, muitos da etnia Warao, oriundos da região norte da Venezuela, que habitam há séculos o delta do rio Orinoco, no estado Delta Amacuro, que têm sido frequentemente vistos nas ruas de grandes cidades brasileiras, tais como Belo Horizonte (MG), Montes Cla-

ros (MG), Cuiabá (MT), Manaus (AM), Belém⁴(PA), Boa Vista (RR), Teresina (PI) e Recife (PE), muitas vezes com crianças de colo, vendendo seus artesanatos ou pedindo doações e dinheiro, normalmente, próximos a semáforos no cruzamento de grandes avenidas.



Figura 2 - Indígenas venezuelanas nas ruas de Belo Horizonte, MG, pedindo doações. Foto: A. Baeta. Abril de 2020.

Fugiram de um estado de caos, miséria, falta de remédios e absoluta insegurança alimentar, mas no Brasil não podem ser tratados como meros estrangeiros, pois transcendem a condição de imigrante e demandam proteção jurídica específica como indígenas. Segundo o promotor de justiça em Roraima, André Paulo dos Santos Pereira:

Há a possibilidade jurídica de a União reservar, através de ato político, certa parcela de terras e entregá-las aos indígenas warao, para uso exclusivo, embora não seja tradicionalmente ocupada. A ressalva que se faz é o direito à consulta prévia e o respeito à autodeterminação do povo indígena Warao no Brasil. Por fim, há que se considerar que a imigração para o Brasil do povo indígena warao é um

4 Em 2018 foi elaborado o Protocolo de Consulta do povo Waro que se encontra em Belém (considerado modelo), quando centenas de indígenas Warao puderam ser ouvidos por instituições de Estado ligadas à justiça, segurança pública, assistência social e educação, além de entidades da sociedade civil organizada. Além do MPF, apoiaram a produção do PCPLI dos Warao em Belém: Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), as defensorias públicas da União (DPU) e do Estado do Pará (DPE), as secretarias estaduais de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), de Educação (Seduc) e Saúde (Sespa), a Universidade do Estado do Pará (Uepa), a Fundação Papa João XXIII (Funpapa), as secretarias municipais de Saúde (Sesma) e de Educação (Semec), a Cáritas Brasileira – Regional Norte 2, e voluntários. Em 2021 foi lançada versão em vídeo do mesmo protocolo autodeclaratório. Fonte: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/indigenas-warao-em-belem-pa-lancam-versao-em-video-do-protocolo-de-consulta-previa-livre-e-informada>

fato com forte repercussão no Direito brasileiro, que demanda novos desafios jurídicos. É preciso um olhar diferenciado, que os acolha não apenas como estrangeiros, mas como índios orgulhosos de si-lo, com rica história, cultura e tradições (PEREIRA, 2020, p. 22).

Existem dados demográficos no Brasil que indicam as peculiaridades étnicas regionais em determinadas urbes. Chama atenção, neste sentido, o diagnóstico censitário no estado de Goiás, que de acordo com o IBGE (2012) apresenta-se como um estado inverso em relação aos demais, pois vivem, pelo menos, 2.400 índios nas cidades e 203 índios em três aldeias, o que implica que a população urbana é maior, dez vezes mais que a população nas aldeias (CRUZ, 2016).

Em nível nacional, São Paulo foi o primeiro município com população indígena autodeclarada vivendo em meio urbano. Os estudos pioneiros da Comissão Pró-Índio de São Paulo/CPI e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos deram luz a esta questão por meio da obra: “Índios na Cidade de São Paulo”, publicada no ano de 2004, quando realizaram um diagnóstico de referência sobre a questão indígena no contexto urbano (CPI, 2004; 2013).

No que se refere à terra e à moradia nas cidades, descortina-se um cenário diversificado de territorialidades. Conforme já exposto, há terras indígenas que foram alcançadas pelas cidades e que são reconhecidas pela FUNAI como terra tradicional, como raros casos que ocorreram em São Paulo⁵ e em Porto Alegre⁶. Mas segundo o IBGE (2010), dos indígenas que vivem em área urbana, 92% vivem fora de Terra Indígena (TI).

Há a experiência de desapropriação e o reconhecimento como área de interesse cultural indígena em Porto Alegre⁷. Há também aldeias urbanas constituídas como conjuntos ou unidades habitacionais em São Paulo⁸, Campo Grande⁹ e Curitiba¹⁰. A aldeia multiétnica urbana Maracanã na capital do Rio de Janeiro é um símbolo de resistência quando da ocupação, em 2006, de um prédio histórico que abrigou o antigo Museu do Índio (Cf. REBUZZI, 2014; BAETA, 2018).

5 Três aldeias Guarani localizadas nas zonas sul e oeste (Terras Indígenas Jaraguá, Barragem, Krukutu e Tenondé Porã) onde vivem 867 índios. (Cf. FARIA, 2016)

6 Uma aldeia Guarani, localizada na zona leste - Território Lomba do Pinheiro. (Cf. MASSARO, 2017)

7 Aldeia Indígena Charrua Polidoro. (Cf. VICTORA, 2011)

8 Etnia Pankararu do Bairro Real Parque. (Cf. NAKASHIMA & ALBUQUERQUE, 2011)

9 Unidades urbanas Marçal de Souza, Água Bonita, Tarsila do Amaral e Darcy Ribeiro de indígenas das etnias Guarani, Kadiwéu e Terena. (Cf. BATISTOTI & LATOSINSKI, 2019)

10 Kaingang Guarani e Xetá - Comunidade Kakané Porã. (Cf. FACHINI, 2018)

Na área de saúde pública, importante destacar que São Paulo conseguiu de forma experimental implantar um Programa de Saúde da Família (PSF) voltado às populações indígenas.

Inspirada nas pesquisas inéditas da Comissão Pró-Índio de São Paulo sobre direitos e políticas públicas para indígenas em contexto urbano, estimulada, sobretudo, por demandas e denúncias de lideranças indígenas, que desde o início do século XXI solicitavam um projeto que se voltasse aos direitos e violações indígenas nas cidades, a ONG Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), que possui sede na capital mineira, elaborou um projeto denominado: “Indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – identificação e subsídios para a sua organização”, desenvolvido nos anos 2008 e 2009. O objetivo principal foi realizar um diagnóstico preliminar da situação e demandas dos indígenas da RMBH, quando foi feito um levantamento geral de indígenas e/ou famílias indígenas que moram em Belo Horizonte e região metropolitana. Em um segundo momento, houve reuniões com representantes indígenas, oficinas de capacitação sobre direitos humanos e dos povos tradicionais, seminários e encontro dos povos indígenas urbanos.



Figura 3 - Seminário do projeto “Índios na Cidade - RMBH”, que ocorreu no Bairro Olaria, região do Barreiro, em Belo Horizonte, MG. Foto: A. Baeta. Setembro de 2009.

Na terceira etapa, ocorreram reuniões junto às instituições públicas e entidades, como Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (hoje, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Ministério Público Federal/MG, Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG), Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e outras. A última etapa visou subsidiar a organização dos indígenas da RMBH com uma Assembleia onde foi criada, na ocasião, a “Associação de Apoio aos Povos Indígenas da Região de Belo Horizonte e abrangência”, quando foi apresentado um documento final com as demandas e diretrizes de trabalho dos povos indígenas da RMBH.



Figura 4 - Oficina de Diagnóstico do projeto “Índios na Cidade - RMBH”, que ocorreu na sede do CEDEFES. Foto: A. Baeta. Abril de 2009.

O diagnóstico preliminar revelou demandas que ainda perduram no âmbito da saúde, moradia, cultura e educação. No campo da saúde, boa parte dos indígenas que habitam a RMBH informou não serem assistidos pela FUNASA (atual SESAI). Os poucos credenciados consideraram que não são bem atendidos, pois há muita demora na marcação de consultas e entrega de remédios, que vêm de Governador Valadares (município onde se situa a sede da FUNAI, em MG, mas que fica a 320 km da capital mineira). Reivindicam um polo de saúde e farmácia credenciada na RMBH, ou melhor, que se crie um DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) ou estrutura similar, para atendimento às comunidades indígenas da Região Metropolitana, bem como participação efetiva e permanente de indígenas no Conselho Municipal de Saúde e no Conselho Estadual de Saúde. Consideraram fundamental o cumprimento do estabelecido no ano 2001 na 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que determina: “In-

cluir os povos indígenas ainda não reconhecidos oficialmente e os índios que residem fora das terras indígenas no planejamento das atividades dos distritos, conforme especificidades locais, com a participação dos Conselhos Distritais”.

No que tange ao incentivo à cultura e à economia solidária indígena, além dos aspectos já mencionados relacionados à dificuldade de vender artesanato nas ruas e eventos, há ainda a carência de espaços permanentes, denominados “Casa de Apoio” ou “Casa da Etnia”, para expor, acondicionar, produzir e distribuir os produtos indígenas, bem como para reuniões, atividades, formação, organização e acolhida dos indígenas em trânsito. Denunciam ainda a falta de uma política de educação indígena integrada nas cidades que compõem a RMBH e de divulgação de oportunidades de trabalhos, projetos, concursos e cursos para crianças, jovens e mulheres. Consideram importante o recebimento de cestas básicas, como ocorre nos territórios indígenas, incluindo orientações sobre o processo de aposentadoria de indígenas que moram em cidades de Minas Gerais.



Figura 5 - Criação da “Associação de Apoio aos Povos Indígenas da Região de BH e abrangências”, na sede da ONG CEDEFES. Representantes das etnias Guarani, Xakriabá, Aranã, Kamacã e Pataxó Hãhãhãe. Foto: A. Baeta - Outubro de 2009.

Foi constatada nesta pesquisa a gritante falta de justiça socioterritorial e de políticas públicas de habitação popular e indígena na RMBH. Algumas famílias ou indígenas, por sua vez, sinalizaram que gostariam de voltar para a sua cidade natal caso tivessem uma terra para morar com

seus parentes. Outras manifestaram interesse em permanecer na cidade, mantendo o seu atual trabalho, mas também seus laços familiares com os parentes distantes, e outras, demonstraram planos de buscar na própria RMBH terrenos onde pudessem retomar aldeias de uso coletivo, incentivando as suas práticas culturais e de agroecologia, como foi o caso da comunidade Kamacã Grayra Mongoió.

No último decênio ocorreram inúmeras reuniões na ALMG, Mesas de Diálogo e de Negociação junto ao governo do estado de MG e outras instituições para tratar do descaso que os indígenas em situação urbana estavam sofrendo. Sem solução, após uma série de discussões, manifestações, denúncias e reivindicações não atendidas, alguns indígenas que moram na RMBH que possuíam inúmeros problemas ligados à moradia, risco social, carência alimentar e dificuldade de acesso às políticas públicas, decidiram ocupar uma fazenda no município de Esmeraldas na RMBH, no vale do rio Paraopeba. Então, no final do ano de 2016, famílias indígenas Kamacã-Mongoió¹¹ e Pataxó Hãhãhãe ocuparam a fazenda Santa Teresa, conhecida também como FUCAM (Fundação Educacional Caio Martins), que se encontrava com várias de suas instalações, benfeitorias e casarios em processo de abandono ou subaproveitadas pela FUCAM e o estado de Minas. Uma grande lagoa, que outrora já foi cartão-postal do lugar, se encontrava tomada por plantas aquáticas que podem estar comprometendo a vida deste aquífero e dos animais que dela necessitam. Nascentes de água encontram-se assoreadas. Os indígenas detectaram estes problemas, dentre outros, na gleba e vêm propondo a recuperação ambiental e social da mesma desde então (BAETA & PURI WAYÁ, 2017).

Segundo a associação indígena, esta ocupação ou retomada indígena, como consideram mais adequado, se deu devido à organização de famílias moradoras de Belo Horizonte e da região metropolitana, desempregadas e sem condições de pagar aluguéis, que avaliaram a necessidade urgente de ocupar uma terra improdutiva que não cumpria sua função social, buscando assim um lugar comum de convívio indígena e de produção coletiva. Segundo a liderança indígena Marinalva Kamakã-Mongoió:

Lutamos por terra, moradia, preservação e resgate da cultura tradicional e formas dignas de sobrevivência. Ao longo dos anos sofremos abandono, descaso e discriminação por estarmos vivendo no contexto urbano, sem acesso às políticas públicas por simplesmente

11 Os índios conhecidos sob o etnônimo englobante Pataxó Hãhãhãe abarcam, hoje, as etnias Baenã, Pataxó Hãhãhãe, Kamacã, Tupinambá, Kariri-Sapuyá e Gueren, habitantes de várias localidades das regiões sudoeste e sul da Bahia.

estarmos 'desaldeados'. Temos os nossos direitos indígenas já conquistados em lei. Não abriremos mão deles.



Figura 6 - Primeira Retomada Indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Lideranças mulheres Kamacã-Mongoió. Fazenda Santa Teresa. Município: Esmeraldas, MG. Foto: A. Baeta. Maio de 2017.

Fizeram no local ocupado a capina do mato para plantio de hortas, feijão, mudas frutíferas e plantas medicinais, alimentos que ajudam na subsistência da comunidade que ali se encontra. Esta ocupação e retomada de território apresenta-se como importante marco para a história indígena de Minas Gerais, necessitando do apoio e atenção da sociedade organizada e da população em geral. Todavia, após sequenciais reuniões e mesas de negociação junto ao estado, o descaso, ameaças e represálias à comunidade Kamacã-Mongoió permanecem, exigindo uma postura firme e decisiva por parte do Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e da Defensoria Pública Estadual (DPE) em defesa desta legítima retomada indígena. A insegurança jurídica que a comunidade vive dificulta que a mesma possa desenvolver plenamente os projetos, parcerias e ideias de cunho comunitário, que tem potencial para se revelar um importante núcleo de referência da cultura, da agroecologia e de educação indígena na RMBH. Após estes anos, espera-se que o governo mineiro e os demais órgãos responsáveis e competentes assumam definitivamente o compromisso com esta comunidade e regularizem o seu território, como almejado.



Figura 7 - Primeira Retomada Indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Etnia: Kamacã-Mongoió. Fazenda Santa Teresa. Município: Esmeraldas, MG. Foto: A. Baeta. Outubro de 2018.

Outra retomada indígena na RMBH ocorreu no município São Joaquim de Bicas, em novembro de 2017, em parte de uma das fazendas atribuídas ao megaempresário da área de mineração e especulador imobiliário, Eike Batista. Inicialmente, a retomada ocorreu por iniciativa de uma comunidade indígena Puri (Aldeia Uxô Mehtl'om)¹² situada rente ao rio Paraopeba. Em seguida, a ocupação tornou-se provisoriamente multi-étnica com a chegada de famílias Pataxó, Karajá e Pataxó Hãhãhãe (cuja origem é do Sul da Bahia), contudo, a partir do final do ano de 2018, permaneceram somente famílias Pataxó Hãhãhãe na localidade, que ficou conhecida como Aldeia Naô Xohã (MOREIRA, 2018; PIMENTEL, 2020). Fundamental que se efetue, urgentemente, a concessão de uso definitivo da terra para as comunidades indígenas que ali estão, severamente prejudicadas e atingidas em 25 de janeiro de 2019 pelo crime/tragédia socio-ambiental decorrente do rompimento da barragem de rejeito Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S/A, no distrito homônimo, município de Brumadinho, MG. O rio Paraopeba foi atingido por uma lama tóxica de rejeitos minerários, tornando-o nocivo, prejudicando gravemente os modos de vida e a saúde desta comunidade, dentre outras da re-

12 <https://gilvander.org.br/site/retomada-indigena-em-sao-joaquim-de-bicas-mg-segue-em-frente-e-se-fortalece/>

gião, como os pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares e habitantes em geral.



Figura 8 - Reunião de indígenas de várias etnias na Retomada Indígena de São Joaquim de Bicas-RMBH, com representantes da FUNAI/MG com a participação de representantes da CPT e do CEDEFES. Foto: A. Baeta. Outubro de 2018.

O advento da pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, que assola desde março de 2020 o Brasil, veio desnudar em definitivo este quadro de racismo institucional e estrutural de abandono das populações indígenas citadinas. O registro de indígenas que estão contaminados ou que chegaram a óbito que moram nas cidades não vêm sendo considerados pela SESAI, que insiste, injustamente, que o atendimento para o novo coronavírus tem de ser procurado no Sistema Único de Saúde (SUS) pelos indígenas que habitam em cidades. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), associação nacional de entidades que representam os povos indígenas do país, divulgou uma nota em que denuncia a exclusão de atendimento aos indígenas que estão fora de territórios indígenas, bem como a falta de testes rápidos e dados divulgados subnotificados de Covid-19.

Nós da APIB repudiamos esta medida e exigimos a revogação urgente da portaria 070/2004 para garantir que a SESAI atenda todos os indígenas, aldeados ou não. É uma ação de racismo institucional que invisibiliza e desassiste os povos indígenas que vivem em áreas urbanas. Somos indígenas dentro ou fora de nossos territórios. Es-

tamos em uma situação de grande vulnerabilidade, com risco real deste novo vírus causar outro genocídio [...].¹³

Marcivana Paiva, do grupo étnico Sateré Mauwé, que fez parte da delegação brasileira como representante indígena que esteve com o Papa Francisco durante o Sínodo para a Amazônia¹⁴, em outubro de 2019, no Vaticano, alerta para a alta suscetibilidade de indígenas, estejam eles na cidade ou nos territórios ao contágio de gripes e pandemias em geral. Ela afirma: “*Essa política nos divide e temos sofrido muito mais com essa pandemia. Estamos vendo o quanto somos excluídos e invisibilizados. Indígena é indígena em qualquer lugar, não importa onde esteja*”.¹⁵

A inclusão dos povos indígenas como grupo prioritário no plano de vacinação nacional foi fruto da luta ferrenha dos movimentos e organizações indígenas no Supremo Tribunal Federal (STF) (ADPF 709), pois é maior a letalidade da Covid-19 entre os povos indígenas.

A APIB lançou em 2021 a campanha: “Vacina, parente!”, visando conscientizar sobre a importância da vacinação no combate à disseminação do novo coronavírus, cobrando do poder público a vacinação para toda a população indígena, estimulando a autodeclaração, pois é preciso identificar os indígenas os vacinando urgentemente, estejam eles nas aldeias, como também em pequenas e grandes cidades em todo o país. Apesar de continuamente violado, sobretudo no âmbito dos grandes interesses do agronegócio, da mineração e especulação imobiliária, o instituto do Protocolo de Consulta livre, prévia e informada, tornou-se poderosa ferramenta política na defesa dos direitos indígenas (e demais povos tradicionais), também nas cidades, especialmente na América Latina, onde está o maior número de países que já ratificaram e incluíram em sua legislação nacional as disposições da supracitada Convenção 169.

Apesar da invisibilidade e exclusão que os indígenas sofrem nas cidades, é muito bom lembrar que eles foram os primeiros a pisar nestas terras. Esta também é a situação de Belo Horizonte e da chamada RMBH e seus arredores, marcados por inúmeros sítios arqueológicos e vestígios que comprovam ocupações humanas pré-coloniais, ou seja, de tempos imemoriais.

13 <http://apib.info/2020/04/18/alerta-apib-02-covid-19-e-povos-indigenas/>

14 O Sínodo para Amazônia foi uma resposta do Papa Francisco à realidade da Pan-Amazônia, cujo objetivo foi identificar novos caminhos para a evangelização de sua população, especialmente dos indígenas, frequentemente esquecidos e sem perspectivas de um futuro sereno, também por causa da crise da Floresta Amazônica, pulmão de capital importância para nosso planeta.

15 <https://amazoniareal.com.br/coronavirus-indigenas-que-vivem-na-cidade-sao-classificados-como-brancos-no-amazonas/>

Quando a capital mineira comemorava 50 anos, o então presidente da Academia de Ciências e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), Professor Aníbal Mattos, escreveu sobre os moradores originários do território belo-horizontino, tendo registrado fotografias de peças, tais como pedaços de potes cerâmicos, rodas de fuso, instrumentos de pedra ou líticos, dentre eles, machados, batedores e bigornas, provenientes de antigas aldeias indígenas existentes principalmente nas regiões do Horto Florestal, no Bairro Santa Inês, e no Córrego do Cardoso, no Bairro Santa Efigênia (WERNECK, 2017).

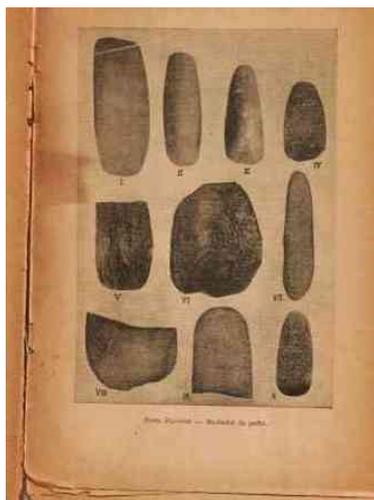


Figura 9 - Fotos de peças arqueológicas encontradas entre 1938 e 1947 na região do Horto, em BH, hoje Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Fonte original: “Arqueologia de Belo Horizonte”, de Aníbal Mattos/ Reprodução/Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais-IHG/MG.

Em seu texto, o escritor e pesquisador Mattos revelou ainda que as melhores peças encontradas por Soares de Gouvêa, que trabalhou em escavações na região do antigo Horto Florestal, hoje parte do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB/UFMG), “*tinham sido enviadas a Roquette Pinto, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vinculado à Universidade Federal do Rio de*

Janeiro”. E ressaltou: “Das jazidas arqueológicas que devem ter existido aqui, a mais importante até agora é a do Horto Florestal”.¹⁶

É provável que o acervo arqueológico da “Pré-Belo Horizonte”, acima mencionado, caso estivesse acondicionado na reserva técnica do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio Janeiro, tenha sido destruído no trágico incêndio ocorrido em setembro de 2018, juntamente com o acervo de 20 milhões de itens, dentre eles, fósseis, artefatos africanos, pré-colombianos, múmias egípcias e livros raros. Não há como mensurar tamanho prejuízo ao patrimônio cultural e à história natural, consequência de irresponsabilidades e do descaso com a memória ancestral e com os povos tradicionais de todo o mundo. Este quadro foi severamente agravado no âmbito estadual com o incêndio inaceitável, no dia 15 de junho de 2020, em um dos prédios da reserva técnica do próprio Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, em Belo Horizonte, que destruiu coleções etnográficas e arqueológicas oriundas de escavações realizadas nos últimos decênios em distintas regiões de Minas Gerais – que perde mais uma vez com esta outra irreparável tragédia.

Nunca é tarde para chamar atenção sobre memórias destruídas, obliteradas e direitos violados. Um passado milenar que tentam escamotear e esmaecer de várias maneiras, negando o importante lastro e legado dos povos originários que percorreram e habitaram o(s) território(s) que hoje conhecemos como Região Metropolitana de Belo Horizonte e seus arredores. Mas também é tempo de chamar muita atenção a um possível futuro nas cidades, que, se viável, deverá fatalmente recuperar os ensinamentos e relações do bem viver comunitário dos povos tradicionais em geral, suas distintas exegeses, inserções, demandas, existências e territorialidades nas urbes.

16 https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/10/interna_gerais,923465/vestigios-arqueologicos-dao-pistas-sobre-a-pre-historia-de-belo-horizo.shtml

REFERÊNCIAS

ABDALA, Victor. Número de indígenas vivendo em cidades é cada vez maior. Notícias FUNAI. 24 de março de 2010. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2072-numero-de-indigenas-vivendo-em-cidades-e-cada-vez-maior-no-brasil> Acesso: 15 de abril de 2020.

BAETA, Alenice & PURI WAYÁ, Kapua Lana. Primeira Ocupação de Indígenas da Região Metropolitana de Minas Gerais. Combate Racismo Ambiental. 17 de Maio de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/05/17/primeira-ocupacao-de-indigenas-da-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte-rmbh/> Acesso: 17 de Maio de 2017.

BAETA, Alenice. Aldeia Maracanã: símbolo de mística e de resistência indígena em contexto urbano. CEDEFES, Belo Horizonte, 12/11/2018. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/aldeia-maracana-simbolo-de-mistica-e-de-resistencia-indigena-em-contexto-urbano/> Acesso: 19 de abril de 2020.

BAETA, Alenice. Contaminação e Guerra de Extermínio contra os Povos Indígenas – pestes, armas biológicas e o COVID-19. Combate Racismo Ambiental. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/04/16/contaminacao-e-guerra-de-exterminio-contra-os-povos-indigenas-pestes-armas-biologicas-e-o-covid-19-por-alenice-baeta1/> Acesso: 16 de Abril de 2020.

BAETA, Juliana. Do IML ao “rio de cima”: uma passagem de dois meses. Jornal O Tempo, 27/03/2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/do-impl-ao-rio-de-cima-uma-passagem-de-dois-meses-1.1266749> Acesso: 17 de abril de 2020.

BATISTOTI, Aleida F. & LATOSINSKI, Karina T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. In: RUA Online, Volume 25, número 1, p. 329-355, junho/2019.

CEDEFES. “Indígenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, identificação e subsídios para a sua organização”. Relatório Final - Primeira Fase (Coord. BAETA, A.) Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES/ Governo da Áustria-KMB, Belo Horizonte, 2009.

CNV. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade-CNV, 3 volumes, 4.328 págs. Ano: 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/> Acesso: 15 de dezembro de 2014.

CPI. Índios na Cidade de São Paulo. Comissão PRÓ-ÍNDIO de São Paulo/ CPI, São Paulo, 2005.

CPI. A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas. Comissão PRÓ-ÍNDIO de São Paulo e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, São Paulo, 2013.

CPT. Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2019. Comissão Pastoral da Terra-CPT, Goiânia, 2020.

CRUZ, Dilizaine. Na aldeia ou na cidade, Índio tem o Direito de ser Índio. Jusbrasil. Ano: 2016.

Disponível em: <https://delizaine.jusbrasil.com.br/artigos/327040373/na-aldeia-ou-na-cidade-indio-tem-o-direito-de-ser-indio> Acesso: 29 de março de 2020.

FACCO, J. et al. O índio, a aldeia e o urbano na formação socioespacial de Chapecó. Cadernos do CEOM, n. 29, Ano 21, Chapecó, 2008.

FACHINI, Mariana W. Kakané Porã: um documentário sobre a primeira aldeia urbana do sul do Brasil (Monografia no Dep. Comunicação Social). UFPR, Curitiba, 2018.

FARIA, Camila Salles de. A luta Guarani pela terra na metrópole paulista (Tese de Doutorado), Departamento de Geografia/USP, São Paulo, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade. Geographia. Ano IX, n. 17, 2007.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Características gerais dos indígenas – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf Acesso: 20 de abril de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MASSARO, Henrique. Aldeia Indígena na Lomba do Pinheiro reúne 16 famílias. In: Correio do Povo. 19/04/2017. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/aldeia-ind%C3%ADgena-na-lomba-do-pinheiro-re-%C3%BAne-16-fam%C3%ADlias-1.228982> Acesso: 28 de abril de 2020.

MELO, Juliana. Dimensões do Urbano: O que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus. In: Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 115 a 126, jan./jun. 2013.

MOREIRA, Gilvander L. Ocupação/Retomada dos Indígenas Pataxó, Puri, Carajás e Pataxó Hãhãhãe em São Joaquim de Bicas, MG. Comissão Pastoral da Terra-CPT/MG, 3 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.cptmg.org.br/portal/ocupacao-retomada-dos-indigenas-pataxo-puri-carajas-e-pataxo-hahahae-em-sao-joaquim-de-bicas-mg-e-campanha-de-apoio/> Acesso: 3 de Agosto de 2018.

OLIVEIRA FILHO, João P. de Pardos, Mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais do Brasil (1872-1980). Horizontes Antropológicos, vol. 3, n. 6, Porto Alegre, Oct, 1997.

OLIVEIRA FILHO, João P. de. Ensaios em antropologia histórica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999a.

OLIVEIRA FILHO, João P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 1999b.

PEREIRA, André. A imigração venezuelana em Roraima: situação e perspectivas. Revista Consultor Jurídico. 6 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-06/mp-debate-imigracao-venezuelana-roraima-situacao-perspectivas> Acesso: 25 de abril de 2020.

PIMENTEL, Thaís. 'Eles ficam loucos para ir na Aldeia', diz neto de casal Pataxó que vive em favela de BH. G1 Minas. 05 de Maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/05/eles-ficam-loucos-para-ir-na-aldeia-diz-neto-de-casal-pataxo-que-vive-em-favela-de-bh.ghtml> Acesso: 05 de Maio de 2020.

REBUZZI, Danielle da C. A. Aldeia Maracanã: um movimento contra o índio arquivado. Antropologia da UFSCAR 6(2) jul/dez, 2014.

SCAFFIDI, Elizabeth. ONU reúne centenas de indígenas em Fórum Permanente. ONU NEWS. 27 de abril de 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/04/1669141> Acesso: 1 de Maio de 2020.

UN-HABITAT. Securing Land Rights for Indigenous Peoples in Cities, 2011.

WERNECK, Gustavo. Vestígios arqueológicos dão pistas sobre a pré-história de Belo Horizonte. Estado de Minas, Caderno Gerais. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/12/10/interna_gerais,923465/vestigios-arqueologicos-dao-pistas-sobre-a-pre-historia-de-belo-horizo.shtml Acesso: 19 de dezembro de 2017.

VICTORA, Ceres. "A viagem de volta": o reconhecimento de indígenas no sul do Brasil como um evento crítico. Soc. e Cult., Goiânia, v. 14, n. 2, p. 299-309, jul./dez. 2011.

Sites e Blogs Consultados

<http://www.cpsp.org.br/indios/upload/editor/files/IndiosnaCidade.pdf>

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=17423>

<http://www.ebc.com.br/especiais/dia-do-indio-os-desafios-enfrentados-pelos-povos-indigenas-para-viver-na-cidades-preservar-direitos>

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-indio-na-metropole/>

<https://cimi.org.br/2015/10/37884/>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/09/juiza-proibe-construtora-de-fazer-obras-em-terreno-proximo-a-comunidade-indigena-na-zona-norte-de-sp.ghtml>

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/21/interna_gerais,307333/co-nheca-a-historia-dos-quatros-cantos-da-praca-sete.shtml

<https://www.cedefes.org.br/debate-no-abril-indigena-no-cedefes-e-marcado-por-denuncias-de-violencias-e-persegucoes-a-indigenas-no-centro-de-belo-horizonte/>

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/18/politica/1453130985_398490.html

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/22/politica/1445509265_732696.html?rel=mas

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/568640-indio-sou-aonde-estou>

<https://www.youtube.com/watch?v=li-7NR09Ulc>

<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/indigenas-warao-em-belem-pa-lancam-versao-em-video-do-protocolo-de-consulta-previa-livre-e-informada>

<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2072-numero-de-indigenas-vivendo-em-cidades-e-cada-vez-maior-no-brasil>

<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/museu-de-hist%C3%B3ria-natural-da-ufmg-pega-fogo-em-bh-e-parte-do-acervo-%C3%A9-atingida-1.791172>

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-de-cidades-com-covid-19-nao-ficarao-sem-assistencia-mas-responsabilidade-e-do-sus-diz-sesai>



Alenice Baeta. Historiadora e Arqueóloga. Pós-Doutorado pelo Departamento de Antropologia/Arqueologia-FAFICH/UFMG. Doutora pelo Museu de Arqueologia e Ethnologia (MAE) da Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Educação pela FAE/UFMG. Tem experiência na área de Patrimônio Cultural, Povos Tradicionais e Territorialidades. Membro do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva- Cedefes e do Movimento Serra Sempre Viva. Historiadora e Membro da ONG CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva). Email: alenicebaeta@yahoo.com.br.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feministas: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desemprego na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes*, de Joaquim Pedro de Andrade – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Mochila* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariângela Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borja da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lokmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapá-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsetto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéles Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Torgo Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar insano sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsionarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Murj Scalo
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O "velho capitalismo" e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Providência via de transformação estrutural da segurança social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós- crise do coronavirus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver* – Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise econômica* – Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular* – Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* – Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre* – Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Artigo, o canário da mina para o aquecimento global* – Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa* – Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* – Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança* – Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 *Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdade-des sociais nas percepções de Martin-Baró, Ricoeur e Nietzsche* – Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 *Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental* – Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 *A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo* – Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 *Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica* – Faustino Teixeira
- N. 312 *O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio* – Paulo Abe
- N. 313 *Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro* – José Dalvo Santiago da Cruz
- N. 314 *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas* – Castor M.M. Bartolomé Ruiz
- N. 315 *Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura* – Alexandre Alves
- N. 316 *"Ecologia com espírito dentro": sobre Povos Indígenas, Xamanismo e Antropoceno* – Nicole Soares Pinto
- N. 317 *A chacinagem dos chiquitanos* – Aloir Pacini e Loyuá Ribeiro F. M. da Costa
- N. 318 *Mestre Eckhart: Deus se faz presente enquanto ausência de imagens e de privilégios* – Matteo Raschetti



UNISINOS